



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXII — Nº 084

QUINTA-FEIRA, 18 DE AGOSTO DE 1977

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 140ª SESSÃO CONJUNTA, EM 17 DE AGOSTO DE 1977

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Ação benemérita desenvolvida pela Cruzada Adventista em suas campanhas educativas e assistenciais.

DEPUTADO DIAS MENEZES — 20º aniversário de fundação do jornal *A Voz de Dracena*.

DEPUTADO VASCO AMARO — Simpósio realizado pela Associação de Reflorestadores do Estado do Rio Grande do Sul, sob o patrocínio da Secretaria de Agricultura daquele Estado.

DEPUTADO ERASMO MARTINS PEDRO — Manifestações recebidas de várias entidades, a respeito do projeto que dispõe sobre a declaração de utilidade pública de associações e entidades de benemerência.

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Efeitos danosos para a triticultura do Estado do Rio Grande do Sul, advindos das fortes chuvas ocorridas naquele Estado.

DEPUTADO DASO COIMBRA — Excelência da publicação da "Johnson & Johnson — em Revista", editada pelo Setor de Desenvolvimento de Pessoal e pela Gerência de Relações Públicas da empresa.

DEPUTADO FLORIM COUTINHO — Considerações sobre o problema dos transportes no País.

DEPUTADO ITURIVAL NASCIMENTO — Portaria do DAC estabelecendo multa para os passageiros retardatários nos embarques das viagens aéreas.

DEPUTADO DIOGO NOMURA — A ameaça que paira sobre o Vale do Paranapanema — SP, no campo da poluição ambiental.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta, a realizar-se amanhã, às 11 horas, com a Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 61, de 1977-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.555, de 27 de maio de 1977, que estabelece normas para a distribuição e aplicação dos recursos provenientes do adicional do Imposto Único sobre Combustíveis Líquidos e Gasosos. **Aprovado**, à promulgação.

1.4 — ENCERRAMENTO

ATA DA 140ª SESSÃO CONJUNTA, EM 17 DE AGOSTO DE 1977

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. AMARAL PEIXOTO

Às 11 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guimard — Braga Junior — Evandro Carreira — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jar-

bas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domício Gondim —

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor Executivo

HELVECIO DE LIMA CAMARGO

Diretor Industrial

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Diretor Administrativo

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 200,00

Ano Cr\$ 400,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 400,00

Ano Cr\$ 800,00

(Exemplar Avulso: Cr\$ 1,00)

Tiragem: 3.500 exemplares

Milton Cabral — Marcos Freire — Murilo Paraíso — Arnon de Melo — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Itálio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Morais — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio

— ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingit Rosado — ARENA; Vanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrisio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Joir Brasileiro — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes —

ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Antonio Mota — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emmanoel Waismann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Silvio Abreu Júnior — MDB; Síval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A. H. Cunha Bueno — ARENA; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurélio Campos — MDB; Blota Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José Zavaglia — MDB; Minoru Massuda — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octávio Torrecilla — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otávio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves

— MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Brito — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goias

Adhemar Santillo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Hélio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Antônio Carlos de Oliveira — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Samuel Rodrigues — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; César Nascimento — MDB; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffman — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques, Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Ueque — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 62 Srs. Senadores e 353 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o primeiro dever do homem público é a correspondência pontual, sincera e calorosa às aspirações e sentimentos populares.

Dai inspirar minha ação política no espírito construtivo, no sentido do bem público, conscientizado de que é preciso somar esforços para tornar a humanidade mais fraterna, menos egoísta.

No Brasil, em que pese reconhecer o trabalho de filantropia desenvolvido pela Igreja Católica, templos evangélicos e espiritualistas, destaco, nesta oportunidade, o que vem realizando a Cruzada Adventista.

O atendimento à criança, ao jovem, à família, à comunidade, feito nas escolas, faculdades, hospitais e empresas, está sendo desenvolvido por mais de 200 mil adventistas em todo o País. Em sua campanha educativa e assistencial os adventistas proferem conferências, fazem projeção de audiovisuais e de filmes mostrando os benefícios da higiene, da medicina preventiva e dão noções de economia doméstica, ao mesmo tempo em que ensinam como ter uma alimentação racional e saudável, obedecendo um cardápio simples, ao alcance dos menos privilegiados financeiramente.

Para maior e melhor penetração nas localidades mais distantes, é utilizada uma frota de 14 lanchas equipadas, que percorrem grandes rios brasileiros da Amazônia, Brasil Central, São Francisco, Represa de Furnas, litorais paulista e paranaense, além da região do Pantanal. Há também o atendimento por meio de unidades móveis, tipo ônibus, que são verdadeiras clínicas rodantes, equipadas para socorros de emergência, instruções, sanidade, medicamento, beneficiando pequenas povoações ao longo das estradas do interior.

São muitos os médicos, enfermeiros, assistentes sociais, senhoras e jovens voluntários que se dedicam a esse trabalho, que é mantido por subvenções — também voluntárias — dos membros da Igreja Adventista do 7º Dia, pelo apoio dos poderes públicos, da LBA e do FUNRURAL, entre outras entidades.

Já não é preciso aditar outras razões para justificar minha presença nesta tribuna, a fim de realçar a valiosa contribuição da Cruzada Adventista em favor das populações pobres deste País.

Isto basta!

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Célio Marques Fernandes. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Dias Menezes.

O SR. DIAS MENEZES (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o fato de ter feito e continuar a fazer a vida de profissional da imprensa não pode nem deve perturbar o meu seguro direito de louvar os companheiros que continuam a grande libertária das lides jornalísticas. Sobre tudo de destacar aquele ingente e hercúleo esforço que fazem todos quantos mantêm aceso o ideal da livre imprensa no interior do nosso país.

É preciso ter vivido ou viver nas largas faixas interioranas, conhecer bem quantas e quais são as dificuldades para fundar e manter um jornalismo sadio e honesto dentro das possibilidades municipais, para bem aquilatar da luta de todos os dias, dos óbices de todas as horas que é indispensável vencer, a golpes de trabalho contínuo e de firmeza de propósitos, para manter luminoso o ideal perseguido.

Perseguições políticas, em todos os tempos, e penúria de recursos financeiros — pois é sempre difícil obter publicidade remuneradora das permanentes despesas da empreitada — tornam autênticos heróis aqueles denodados batalhadores do ideal jornalístico, que

tudo enfrentam e tudo vencem com a pertinácia do seu entusiasmo e a coragem máscula do seu idealismo.

Sempre entendi, e continuo a entender o jornalismo interiorano como uma atividade digna do maior respeito, como um esforço superior visando aos interesses magnos dos nossos municípios, cada vez mais sacrificados pela sanha fiscal, que os empobrece continuamente.

Tenho pelos meus companheiros que vivem as dificuldades do jornalismo municipal aquele apreço e aquela admiração que são devidos aos que não esmorecem na luta nem face à adversidade.

Vejo-os e sinto-os como pelejadores audaciosos e velentes do bem comum, incapazes do desânimo, imunes aos perigos e às vicissitudes. Contemplo-os com admiração, porque não cedem nem aos poderosos nem aos corruptores, porque não se dobram nem à violência nem à intimidação.

Hoje — e desta altíssima tribuna — venho render meu preito de sincera e comovida homenagem à "Voz de Dracena", que neste ano festeja os vinte anos de sua fundação com o mesmo espírito de luta, com a mesma lealdade ao seu programa de ação, com a mesma constância na defesa do direito do povo e dos interesses do município.

A bandeira erguida em 1955 por Norberto Martins Fonseca continua tremulando ao vento, hoje empunhada por Luiz Paulo Pezolato e Artur Cezar Pagnozzi e superiormente conduzida pelo vibrante jornalista Sebastião Gomes de Carvalho Neto, seu admirável redator-chefe.

São vinte anos de constantes serviços, de inabalável convicção democrática, de lutas e de esforços constantes em favor de Dracena, sempre com a maior fidelidade ao dever de informar, de divulgar e de criticar.

Hoje, como ontem — como sempre "a Voz de Dracena" se mantém altiva e independente, toda e toda voltada às lutas por seu povo e sua terra.

Saúdo — nesta antevéspera da sua maioridade — o excelente "Voz de Dracena," certo de que os que a sustêm e lhe garantem a continuidade permanecerão fiéis ao seu passado glorioso e ao seu presente de lutas, intransigente e briosa a serviço do município, de São Paulo e do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Vasco Amaro.

O SR. VASCO AMARO (ARENA — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, sob o patrocínio da Secretaria de Agricultura Gaúcha, sob a batuta do ilustrado e brilhante Secretário Getúlio Marcantônio, realizou a Associação Sul-Rio-Grandense de Reflorestadores. Um Simpósio Sobre Reflorestamento, tendo a dirigir os trabalhos, que foram inaugurados pelo eminente Governador Sinval Guazzelli e encerrados pelo ilustre Ministro da Agricultura, Allysso Paullinelli, a figura dinâmica do engenheiro Dr. Telmo Azevedo de Azevedo, assessorado pelos seus companheiros de Diretoria: Pedro Floriano Hørde, Luiz Fernando G. Franco, Fernando Becker, Nilo Rotta, Percy Hauschild, Paulo Monteiro Lima, Antônio Granja, Raul Enet, Dr. Marconi Barbosa Isolan, Claudio Bublitz, Nysio Felipe Wasem, José Flávio Ruwer, Dr. Paulo Harrison V. Willadino, Mário José Baptista, Dr. Victor Faccioni, Rubem Schneider, José Veríssimo de N. Filho, Dr. Antônio S. Mesquita e Ivan Bertaso.

Alem do magnífico trabalho lido pelo Presidente Telmo Azevedo, consubstanciando as reivindicações da Classe, que se poderia denominar de Carta dos Reflorestadores Gaúchos, proferiram conferências os Srs. Drs. Paulo Azevedo Beirutti, Presidente do IBDF, o Dr. Antenor Gonçalves Bastos Filho, Diretor do Departamento de Reflorestamento do mesmo órgão, o Professor Dr. Luiz Emydio de Melo Filho, Presidente da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza, o Dr. Francisco de Assis Castro Marimon, Supervisor de Recursos Naturais Renováveis da Secretaria de Agricultura, o atuante Delegado Regional do IBDF,

Agrônomo José Lauro de Quadros, o Dr. João Rodrigues de Matos, especialista do IPRNR, o Dr. Lair Ângelo Braun Ferreira e, finalmente, o Dr. Oscar Carvalho, da Universidade Federal de Santa Maria.

Na noite de 5, no Salão de Festas da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, realizou-se um coquetel oferecido às autoridades, convidados especialistas e comparecentes ao conclave, sendo que no sábado o Sr. Secretário da Agricultura ofereceu o tradicional churrasco com "carreteiro", oportunidade em que S. Ex^a voltou a falar, pronunciando-se ainda os Drs. Telmo Azevedo e Lauro de Quadros e este Deputado.

Ainda notamos as presenças destacadas dos Srs. Secretários do Governo Sinval Guazzelli, Prof. Oscar Machado, da Administração, e Cláudio Strassburger, da Indústria e Comércio, e o Presidente da FARSUL, Dr. Ier Silvestre Benvegnú, os Drs. Ney e Ivo Cardoso de Azevedo, Ubirajara de Jesus Pereira, da Cia. Rio-grandense de Adubos, o Sr. Adúlcio Floriani, o prestigioso líder Álvaro Arruda Costa, além de muitos outros.

Congratulamo-nos com os promotores do oportuno simpósio pelo sucesso absoluto que constituiu sua realização, quer pelas presenças ilustres, como pela qualidade dos trabalhos apresentados.

Parabéns, Dr. Telmo. Parabéns, reforestadores gaúchos.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Erasmo Martins Pedro.

O SR. ERASMO MARTINS PEDRO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, a Associação de Educação Católica do Brasil, a Associação Profissional das Entidades Mantenedoras de Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro e a Associação de Educadores do Rio de Janeiro estão preocupadas com as repercussões negativas do Projeto de Lei nº 8, de 1977, resultante de Mensagem do Poder Executivo, dispondo sobre "utilidade pública" e outras providências.

A matéria em boa hora foi retirada do Congresso Nacional, mas ficou em foco para posterior exame e certamente será objeto de novo projeto, e, por isso, resolveram apresentar aos órgãos e poderes competentes uma mensagem contendo suas críticas e sugestões.

Tive o prazer de receber um exemplar e de ter participado, como professor universitário, de várias reuniões analisando o problema. Julgo que seria de grande valia para o Congresso conhecer a referida mensagem, pelo que passo a lê-la para constar dos Anais desta Casa.

"I — A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, diploma legal que decorre de preceitos constitucionais, depois de reconhecer que a educação é direito de todos, estabelece no seu artigo 3:

"O direito à educação é assegurado:

I — Pela obrigação do Poder Público e pela liberdade da iniciativa privada de ministrar o ensino...

II — Pela obrigação do Estado de fornecer recursos indispensáveis para que a família e, na falta desta, os demais membros da sociedade se desobriguem dos encargos da educação, quando provada a insuficiência de meios"...

Dois princípios fundamentais da estrutura democrática da Nação estão contidos nestes pragmáticos dispositivos:

1 — a liberdade da livre iniciativa de ministrar o ensino;

2 — a igualdade de oportunidades asseguradas pelo Estado àqueles que tenham insuficiências de meios financeiros.

O primeiro assegura a imprescindível pluralidade e variedade do ensino, necessária à formação do cidadão democrático, do homem livre, consciente e responsável, homem no sentido holístico da palavra, em contraposição com a formação do sub-homem, do autômato servidor do partido, ou do regime das ditaduras comunistas, autômato formado de acordo com o programa imposto pelo interesse da minoria

no poder que, enganosamente, diz falar em nome das massas.

O sentido destas palavras, muitas e muitas vezes, tem estado presente em discursos de Sua Excelência o Sr. Presidente da República e em pronunciamentos do nosso Ministro da Educação.

Portanto, se a democracia, em sua essência, repousa na consciência livre dos cidadãos responsáveis, a consciência responsável desses cidadãos repousa na educação livre que ele tenha recebido.

O segundo assegura a cada um e a todos o acesso à educação se, de algum modo, por motivo de carência de recursos financeiros, este acesso lhe for barrado ou dificultado. Abre ao cidadão a oportunidade e ao Estado caminhos para que cumpra sua obrigação constitucional, se não lhe for possível suprir diretamente o ensino, ou for menos conveniente fazê-lo. Não se trata de um favorecimento, mas da oportunidade que o Estado tem de, ao mesmo tempo em que ampara a família do educando, fortalecer o princípio do pluralismo educacional da estrutura pluralística.

2 — Postos, assim, estes princípios, que são os das escolas de livre iniciativa, e que, como foi dito, não são somente seus, mas da Democracia e da Pátria, pedimos vênias para solicitar a atenção de V. Ex^a para os seguintes pontos:

a) todas as escolas de ensino superior do País são instituições sem finalidades lucrativas;

b) também o são as escolas de outros graus, principalmente as confessionais, mantidas por entidades sem finalidades lucrativas;

c) cerca de 91% do ensino superior, segundo publicação oficial e de mais de 50% do ensino de 1º e 2º graus são mantidos por estabelecimentos de livre iniciativa. Seu fechamento, ou o desvio do interesse de suas Mantenedoras para outros campos, alheios à educação, certamente levaria ao colapso o ensino brasileiro. O número de vagas no ensino oficial é proporcionalmente sempre menor à demanda. Por outro lado, é sempre crescente a necessidade de escolas, conforme muito bem situou Sua Excelência o Sr. Presidente da República, no discurso com que recepcionou o Conselho Federal de Educação e os Magníficos Reitores das Universidades Brasileiras, a 5-7-77;

d) por outro lado, é ao contrário do que se propala, as atividades educacionais não são de resultados financeiros altos, pois que as receitas dos estabelecimentos estão regidas pelo Poder Público que controla as anuidades. Os custos do ensino estão sujeitos às variações crescentes dos bens e dos salários dos professores, seus grandes encargos;

e) diferentes de outras atividades — Comércio, Indústria — o ensino de livre iniciativa não tem merecido do Poder Público maior apoio, conforme já o afirmou o Parecer nº 2.966/75 do Conselho Federal de Educação, nem os tão conhecidos incentivos que chegam até a favorecer iniciativas de duvidosa idoneidade (motéis, clubes, empresas de publicidade etc.).

3 — Diante de tal realidade e entendendo ser do interesse do Governo, pelas razões expostas no item 1, a existência e a eficiência do ensino de livre iniciativa, paralelamente ao ensino oficial, não obstante as queixas reveladas no item 2, inciso e, foi com imensa surpresa e grande apreensão que os estabelecimentos de ensino tomaram conhecimento do Projeto de Lei nº 8/77-CN, em que se consubstanciavam medidas, dentre as quais algumas que dificultam a vida desses estabelecimentos e outras que impedem sua própria sobrevivência.

a) Muitos estabelecimentos de ensino gozam do privilégio de ser considerados de "utilidade pública" e, dentre as regalias com que contam, encontra-se a de estarem isentos da taxa de contribuição da Previdência. Considerando-se que

cerca de 70 a 80% da receita bruta dos estabelecimentos de ensino são despendidos com salários e que a taxa de Previdência de obrigação patronal corresponde a cerca de 20% da folha salarial, fácil é concluir que a isenção aferida é de cerca de 14% da renda bruta. Ora, o resultado financeiro das atividades varia, na melhor das hipóteses, entre 7 e 10% e uma grande parte deles não obtém esses resultados, não sendo poucos aqueles que estão em regime deficitário.

Para esses estabelecimentos, até agora beneficiados pela isenção do pagamento das taxas previdenciárias, o cancelamento dessa isenção redundará em insolvência ou em necessidade imediata de reajustamento de anuidades. Resulta, portanto, no encarecimento do ensino ou no aumento da demanda de ensino oficial. Resultam, assim, para o Governo, duas conseqüências imediatas: aumento do custo de vida ou aumento de suas obrigações para cumprir o dispositivo legal de suprir recursos para os estudantes "carentes". Isto sem contar a situação odiosa de ser o responsável pelo fechamento de tradicionais casas de educação.

É certo que o INPS tem necessidade de aumentar as suas receitas, para cumprir seus altos objetivos. Porém, será só esse o meio encontrado? O preço social dessa cobrança será tão compensador? O Governo é, bem sabe V. Ex^a, o poder de decisão política a favor do bem-estar social, e não um aglomerado de setores municiados por informações cibernéticas.

b) Se a cassação da isenção de pagamento das taxas previdenciárias prevista no art. 6º do Projeto de Lei nº 8/77, tiver as repercussões acima enunciadas, piores serão as conseqüências do disposto no artigo 1º, inciso VIII, e parágrafo 3º, do mesmo artigo. Estabelecer como condição para o reconhecimento da "utilidade pública" a obrigação de que as instituições de ensino prestem serviços gratuitos correspondentes a 50% de sua renda líquida ou nunca inferiores a 25% de sua renda bruta, é insinuar que se rebaixe o padrão de ensino até a mais infima desqualificação. Considerando como foi dito acima, que o resultado financeiro da instituição de ensino não chega a ser de 10% sobre a renda bruta, difícil será conciliá-lo com essa realidade apontada pelo próprio Poder Público. O rigoroso controle exercido pelos órgãos oficiais do MEC e do CIP poderão facilmente demonstrar a impossibilidade de execução da norma legislativa proposta. Só tecnocratas alheios ao problema ou estatistas de má fé, desejosos de ver liquidada a escola de livre iniciativa, poderão manter a afirmação de viabilidade do artigo e dos incisos mencionados.

Parece-nos, Sr. Ministro, fácil e evidente provar a inaplicabilidade dos mencionados dispositivos.

4 — Submetendo à apreciação de V. Ex^a estes argumentos, de forma tão crua e veemente, não têm as instituições de livre iniciativa senão o propósito de apresentar os mesmos argumentos utilizados pelo menino da fábula de Anderson, do "Rei Nu". Essa forma é crua porque a verdade é crua e, ao contrário do rei da fábula, não precisa ser ataviada pela mentira e pela má fé. Veja V. Ex^a em nossa atitude, os ideais e os princípios que, como educadores democratas, julgamos de nosso dever preservar.

Esta é a credencial com que se apresentam a V. Ex^a os educadores, confiantes de que serão ouvidos, na hora em que tão sérias decisões para os destinos do Ensino no Brasil sejam tomadas. E esperam que ouvido seja também o Conselho Nacional de Serviço Social, com a sua experiência de quase 40 anos em ajuizar as entidades merecedoras do Certificado de Filantropia, a ser devidamente respeitado, nos termos da Lei.

José Gomes Santiago, Presidente da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino — **Severino Sombra**, Presidente da Associação Profissional das Mantenedoras de Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro —

Irmão Orlando Cunha Lima, Presidente da Associação de Educação Católica — **D. Serafim Fernandes de Araujo**, Presidente da Federação Brasileira de Escolas Superiores Católicas — **Edília Coelho Garcia**, Presidente da Associação de Educadores do Rio de Janeiro."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (MDB — RS) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, há mais de trinta dias chove quase ininterruptamente no Rio Grande do Sul.

Todos sabem o drama que viveram as cidades de Pelotas, Rio Grande e outras, que ainda estão sofrendo com a presença das águas cobrindo bairros, plantações, campos de pastagens etc.

Os prejuízos foram tais que, além dos governos do Estado e dos Municípios atingidos pelas cheias, o próprio Governo federal se fez presente com recursos para amenizar a grave situação, principalmente de muitas centenas de famílias desalojadas.

Se em certas regiões do Estado as chuvas não castigaram com inundações, estão prejudicando as lavouras de trigo porque o excesso de umidade está favorecendo o aparecimento do oídio, da ferrugem, da giberela e de outras pragas.

Logo após a plantação dos trigais, caíram chuvas torrenciais em diferentes regiões do Estado. As águas pluviais, rompendo os terraços, causaram em muitas lavouras até trinta por cento de prejuízo. As águas lavaram o chão e levaram a semente e o adubo para dentro dos rios e dos matagais. Isto aconteceu nos Municípios de Catupei, Três de Maio, Ijuí, Santo Ângelo e outros. Não bastassem as enxurradas, em vários Municípios caíram violentas chuvas de granizo, que também prejudicaram as plantações de trigo.

Atualmente, reina grande preocupação entre os triticultores, pois as chuvas continuam caindo em todo o Estado.

Se o tempo não melhorar e o sol não se fizer presente, tudo indica que a próxima safra de trigo será tremendamente reduzida.

O Rio Grande do Sul, no setor da produção, está sendo rudemente golpeado: primeiro o odioso confisco da soja e, agora, os prejuízos nas lavouras tritícolas.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (ARENA — RJ) — Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, indubitavelmente a importância da imprensa como meio de comunicação é reconhecida por todos nós. Nosso objetivo, Sr. Presidente, é ressaltar a importância dada pela Johnson & Johnson do Brasil aos modernos meios de comunicação. Editado periodicamente, "Johnson & Johnson em Revista", não só nos traz ensinamentos e conhecimentos a respeito do que essa indústria vem realizando, mas serve esta publicação igualmente como elo de comunicação entre a empresa e os seus empregados. Pela qualidade do material apresentado, pela profunda identificação que prega entre patrões e empregados da Johnson & Johnson, esta publicação, editada pelo Setor de desenvolvimento de Pessoal e pela Gerência de Relações Públicas da empresa, é digna de nossos louvores e justifica nossa presença na tribuna, para que tal fato fique registrado nos Anais do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Florim Coutinho.

O SR. FLORIM COUTINHO (MDB — RJ) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, não há quem não saiba o que representam os transportes na vida de uma Nação.

Dado que todo mundo sabe, entende, compreende e avalia o que os transportes representam, encerro aqui esta face da matéria, isto é, admito como pacífico que, pelo menos por este lado, o problema transportes está resolvido.

Desejaria que também pelos outros lados o problema estivesse resolvido.

Mas, infelizmente, isto não acontece, por motivos vários.

Examinar esses motivos equivaleria a fazer um estudo profundo da matéria e entrar a fundo no estudo do problema.

Isto não vou fazer, pois não me sinto em condições, por não ser um especialista na matéria, mesmo porque existe muita gente ligada a transportes, que trata e entende de transportes e que tem a obrigação de procurar soluções para os transportes.

Mas fui participante de uma CPI para apurar deficiências e irregularidades na Aviação Comercial, cujos trabalhos acompanhei com a maior atenção. Que encerrou seus trabalhos com eficiência e de modo brilhante, como pode ser verificado por todos os que se derem ao trabalho de ler e examinar o Relatório e as Conclusões dos nobres Deputados que dela fizeram parte.

Não é sobre esse Relatório que vou falar nesta ocasião.

É apenas para dizer poucas palavras a respeito de dois aspectos que me chamaram a atenção.

1º) Transporte em Geral

Sou dos que entendem que as condições do nosso território, vasto, com regiões distantes e de difícil acesso, quase um Continente mesmo, com enormes regiões de terrenos e áreas quase impraticáveis, tornam muito difícil ou nada fácil uma boa solução para o problema dos transportes. Mas, sem entrar no mérito da questão e para chegar rapidamente ao que quero dizer, entendo que a solução está no estabelecimento de um sistema básico de transporte apoiado na ferrovia, conjugada com a navegação marítima de cabotagem.

Uma rede ferroviária desenvolvida ao máximo e convenientemente articulada com a navegação de cabotagem, eis como entendendo a ossatura de uma solução para os transportes em nosso País.

Os demais transportes, o rodoviário, o aquaviário fluvial, lacustre e marítimo de longo curso e o aéreo, com toda a importância e valor que ninguém pode desprezar ou minimizar, são, a nosso ver, apenas complementares.

Todos os grandes países fazem isso: cortar seu território com ferrovias e ligar seu litoral (quando o têm) pela navegação de cabotagem.

A razão é simples: o trem é o meio de transporte que pode levar, o maior volume de carga às maiores distâncias pelo menor frete, e o mesmo acontece com as embarcações de cabotagem.

E mais: trem e navio podem usar qualquer tipo de energia, usar qualquer combustível, até mesmo lenha, se for o caso.

Não ficam amarrados ao petróleo e todos sabem o que é hoje em dia, estar amarrado ao petróleo.

Dar preferência à rodovia, por exemplo, é partir para soluções difíceis, caras e deficientes.

Por exemplo: para transportar o que uma composição de 40 vagões transporta será necessária uma frota de uns 200 ou mais caminhões ou carretas.

Misture-se isso com a distância a percorrer e as despesas com pessoal, combustível e desgaste do material e veja-se, no final, qual a diferença. Isto sem levar em conta os estragos que o trânsito pesado causará às rodovias, acidentes freqüentes, desastres, etc.

Fico por aqui, para não me alongar muito.

2º) Transporte Aéreo

Moderno, rápido, confortável e de alto valor, tudo isso é inegável no moderno transporte aéreo.

Aviões cada vez maiores, seguros e rápidos, permitem considerar esse tipo de transporte um eficiente meio de transporte e, mesmo, o transporte da atualidade, principalmente levando em conta que utiliza aeronaves cada vez mais sofisticadas, para usar um termo moderno.

Avaliando, sucintamente, esse meio de transportes, podemos chegar ao seguinte:

Vantagens: confortável, seguro e rápido;

— permite ligar, rapidamente, locais os mais distantes, inclusive do Mundo;

— ótimo e insubstituível quando se trata de atender a situações de emergência, atingindo locais que outros meios demorariam muito tempo para atingir;

— ideal, quando se trata de transporte de pessoal.

Desvantagens:

— capacidade de carga reduzida;

— consumo de combustível grande e raro;

— elevado custo de operação;

— exigências de custosa infra-estrutura;

— elevado custo do material;

— renovação do material cara e freqüente;

— sujeição acentuada ao intemperismo;

— amarração ao tipo de combustível (gasolina ou querosene, ambos de tipo especial).

Além de outras.

Não é necessário ir adiante para se verificar que o Transporte Aéreo, é um meio de transporte ótimo como complementar, mas é dispendioso, exige material e pessoal de alto custo e manter em funcionamento uma empresa de Transporte Aéreo é, como se diz na gíria, dose pra leão.

Feitas essas duas observações, vou direto àquilo que, de fato, me trouxe a esta tribuna.

Srs. Congressistas, dirigir uma empresa de transportes aéreos comercial, não é para qualquer um.

O vulto de obstáculos e de dificuldades a enfrentar é de tal ordem que é quase impossível vencer e manter a empresa em funcionamento.

Quanto à possibilidade de conseguir que ela dê lucros, do ponto de vista comercial, isto eu considero milagroso.

Para mim, só o fato de um dirigente de empresa de Aviação Comercial conseguir manter sua empresa em atividade, com os aviões em tráfego regular cobrindo as linhas, obedecendo aos horários, com o material em ordem e em dia, o seu pessoal remunerado em dia, etc., já é uma tarefa, um vulto de operosidade e ação que, sinceramente, não é tarefa para qualquer um.

Eu, por exemplo, preferiria, mil vezes, dirigir qualquer outra empresa menos uma de Aviação Comercial. Pretender-se que a Aviação Comercial funcione, viva e progrida à sua própria custa é não ter nenhuma idéia do que isto representa.

Só a renovação e a manutenção da frota de aviões dá para ~~asse~~ fecer os maiores entusiasmos.

Aviões de preço já fora de cogitação, ao câmbio do dia, amanhã poderão estar além da imaginação.

É fato que já produzimos aeronaves, mas não das utilizadas no tráfego aéreo de grande porte e longa distância. Dia virá em que as produziremos, mas até lá vamos depender da importação, e por tempo indeterminado. Se há uma atividade empresarial que precisa ser subsidiada, e substancialmente, é a Aviação Comercial, se é que pretendemos ter uma Aviação Comercial à altura do nosso atual status.

Foi por isso que acompanhei com grande atenção os trabalhos da CPI, observando os que por ela foram convocados para serem interrogados.

E o fiz com a certeza de que estava diante de gente dinâmica, competente, atuante e até abnegada. Gente lutadora, que vive uma dura luta e que tem que ser respeitada.

Em particular, por tê-lo inquerido algumas vezes, impressionou-me bastante o Engenheiro Flávio Musa de Freitas Guimarães, o entusiasta e atuante presidente da VASP.

Senti que estava diante de um empresário moderno, competente, inteligente e talhado para a difícil atividade a que se dedica.

Homem disposto e até ousado, porque é ousadia e até temeridade a tarefa a que se dedica.

Homem que procura o êxito, que se sacrifica para levar em frente a sua empresa.

Empresa que se não é êxito completo do ponto de vista comercial, é uma empresa que está aí, viva, prestando os serviços excelentes que presta ao nosso desenvolvimento no campo dos transportes Aéreos Comerciais, do modo mais positivo e brilhante que lhe é possível.

Empresa cujo nome — VASP — é um penhor de eficiência, segurança e tradição de bons serviços.

O Engenheiro Flávio Musa pode estar tranqüilo: é um homem de empresa bravo e decidido, que luta com fê e dinamismo por uma solução que leve a sua empresa ao êxito total.

Se não o consegue, ao menos ele tenta, com tenaz persistência, na missão a que se propôs.

Um homem que tenta é sempre digno de admiração e respeito, mormente quando existem inúmeros que nem ao menos tentam — apáticos, batidos no terreno, deixam o tempo correr, com o amanhã igual ao hoje e o hoje igual ao ontem.

Prossiga a sua luta, Engenheiro Flávio Musa.

Ela é dura, mas o Sr. é homem para enfrentá-la.

E tem tudo para chegar a vencê-la.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Iturival Nascimento.

O SR. ITURIVAL NASCIMENTO (MDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, a entrada em vigor, dia 15 último, da Portaria da Diretoria de Aeronáutica Civil estabelecendo multas para o passageiro que chegar atrasado ao embarque nos aeroportos do País é mais uma demonstração da falta de objetividade dos escalões inferiores do Governo.

Não se sabe inspirada em que, a DAC põe em execução tamanho absurdo, dando a entender que todo aquele que viaja de avião é desleixado, negligente e irresponsável.

Se pretende, com isto, estimular alguma forma de arrecadação, não vemos qualquer sentido prático na medida, uma vez que se destina a resguardar apenas o lado das empresas, deixando os usuários entregues à própria sorte, coagidos e sob constante risco de encarecimento do custo da viagem.

Já não basta a taxa de embarque cobrada, não se sabe por que, em todos os aeroportos?

Seria o caso de se perguntar, Sr. Presidente: quando o avião atrasa quem pagará ao passageiro pelos dissabores e pelo tempo perdido?

Sinceramente, não entendemos a pretensão desse órgão do Ministério da Aeronáutica, cujas atribuições devem estar mais voltadas para a estrutura aeroviária do País do que mesmo para a cobrança de taxas. A meu ver, cabe recurso, porque, não se tem conhecimento, até hoje, em toda a história da nossa aviação que uma aeronave tenha deixado de decolar por atraso dos passageiros.

É muito modernismo, Sr. Presidente.

Como se não bastassem os constantes reajustes nos preços das passagens, vem a DAC com esta inovação, impondo aos usuários uma pontualidade forçada, que nos envergonha diante dos países civilizados.

Essa medida não tem sentido porque as próprias companhias aéreas emitem o bilhete de viagem em aberto e com validade de um ano, sujeito, evidentemente, aos constantes reajustes que a política econômica do Governo nos impõe. Afortunadamente, Sr. Presidente, eu viajo mais para Goiás, onde tenho minha atividade política e cuja distância de Brasília não é assim tão grande. Agora, uma coisa eu afirmo: no dia em que for viajar para Goiânia de avião e esse atrasar a ponto de prejudicar meus compromissos, irei de automóvel e cobrarei da companhia as respectivas despesas.

É o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao último orador inscrito para o período de breves comunicações, o nobre Deputado Diogo Nomura.

O SR. DIOGO NOMURA (ARENA — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, desde a Conferência de Estocolmo, ocorrida em junho de 1972, o nosso Planeta iniciou um combate, de forma efetiva, contra o espectro da poluição ambiental.

O clima reinante naquela reunião — cujos estudos preparatórios consumiram mais de dois anos — propiciou aos participantes posições radicais. Os países desenvolvidos defendiam a paralisação do crescimento econômico, como forma de salvaguardar o meio ambiente, tornando-o compatível com a forma de vida humana. Os países em desenvolvimento, de modo especial o Brasil, defendiam a posição de que a preservação do equilíbrio ecológico e as soluções a serem adotadas contra a poluição não deveriam tornar-se fatores impeditivos do desenvolvimento econômico e social dos países subdesenvolvidos ou em fase de desenvolvimento.

Se um observador menos atento supôs que a tese brasileira encerrava um projeto de desenvolvimento, com implantação de indústrias em qualquer local, sem levar em conta os riscos para a poluição da água, do ar e do solo, incorreu em grande equívoco.

Antes mesmo do referido Congresso Internacional de Poluição Ambiental, o Brasil já estava atento para o problema da preservação do meio ambiente, tendo em vista a ação poluidora de determinados setores industriais, notadamente no eixo São Paulo—Rio de Janeiro.

Hoje, cinco anos passados daquele encontro, realizado sob os auspícios da ONU, apresentamos ao País e ao mundo uma Política Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, compatibilizada com a preservação do meio ambiente.

O Governo Federal, através do Conselho de Desenvolvimento Econômico, instrumentalizou o Poder Público, em todos os níveis e setores, para que o nosso desenvolvimento não concorra para o desequilíbrio da natureza e do bem-estar da pessoa humana.

Se o problema da poluição ambiental possui atualmente, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, dimensões nacionais, não se pode olvidar que o Estado de São Paulo, sendo também a unidade da Federação que primeiro sentiu seus efeitos, viesse a se ocupar, dentre os Estados brasileiros, em primeiro lugar desse assunto.

Já em 1953, ao tempo em que governava o meu Estado o notável homem público, Prof. Lucas Nogueira Garcez, foi promulgada a Lei nº 2.182, de 23 de junho daquele ano, cujo parágrafo único do art. 1º conceituava POLUIÇÃO como sendo

“qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas das águas, que possa constituir prejuízo à saúde, à segurança e ao bem-estar das populações e ainda comprometer a utilização das águas para fins agrícolas, comerciais, industriais e recreativos”.

Dois anos mais tarde, a Lei nº 3.068, de 14 de julho de 1955, amplia a conceituação para a preservação da fauna ictiológica, além de manter as preservações ecológicas anteriores.

O Governo Federal, pelo Decreto-lei nº 303, de 28 de fevereiro de 1967, ao criar o Conselho Nacional de Poluição Ambiental, denomina:

“POLUIÇÃO qualquer alteração das propriedades físicas, químicas, ou biológicas do meio ambiente (solo, água e ar), causada por qualquer substância sólida, líquida, gasosa ou em qualquer estado da matéria, que, direta ou indiretamente: seja nociva ou ofensiva à saúde, à segurança e ao bem-estar das populações; crie condições inadequadas, para fins domésticos, agropecuários, industriais e outros; ou ocasione danos à fauna e à flora.”

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a preocupação em salientar o papel dos Governos da União e do Estado de São Paulo, inclusive citando os textos legais sobre a matéria, não tem outro objetivo senão o de chamar a atenção das autoridades competentes para a ameaça que paira sobre o Vale do Paranapanema: última bacia hidrográfica de São Paulo não poluída.

O Vale do Paranapanema, por ser o último reduto de São Paulo livre da poluição, não é o menos desenvolvido. Ao contrário, é das regiões mais progressistas daquele Estado. As suas áreas de cultura irrigada substituem, de forma progressiva, o antigo cinturão verde que existia junto à Capital paulista, extinto em consequência da contaminação das águas da Grande São Paulo.

A pujança do Vale reside exatamente na abundância de mananciais de água. A sua agricultura, de excelente nível de produtividade, produz soja, batata, feijão, arroz, algodão, milho, além de variados produtos hortifrutigranjeiros e, especialmente, frutas de clima temperado, como maçã, para, nectarina e ameixa. Tais frutas são colhidas fora das épocas normais, exatamente quando falta o produto externo, concorrendo assim para o abastecimento regular do mercado e para a economia de divisas.

Os 27 municípios do Vale, situado a 200 km da Capital, sem uma voz discordante, estão reunidos em defesa do Rio Paranapanema, que será poluído, tornando inviável a atividade agrícola e comprometendo a saúde de 1 milhão de habitantes, se for permitida a instalação de uma fábrica de papel e celulose na Região, cujos métodos de fabricação são altamente poluentes e condenados nos países industrializados.

Um tablóide "Paranapanema — Nosso Vale Ameaçado" — circulou, pela primeira vez, a 1º de junho deste ano e foi distribuído de casa em casa, alertando a população para o perigo iminente. Todas as camadas sociais se mobilizaram e as Prefeituras Municipais e as Câmaras de Vereadores, por unanimidade, demonstraram o repúdio dos municípios à instalação dessa indústria na cabeceira do Rio, a apenas 20 km da represa de Jurumirim, encaminhando manifesto assinado pelos 27 Prefeitos e Presidentes de Câmaras de Vereadores ao Governador do Estado, Dr. Paulo Egydio Martins; ao Secretário de Obras e Meio Ambiente, Dr. Francisco Henrique Fernando de Barros, e ao Secretário Especial do Meio Ambiente — SEMA, Dr. Paulo Nogueira Neto, bem como ao Presidente da CETESB — Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental.

As cidades do Vale do Paranapanema, reunidas agora na ADEVAP — Associação dos Defensores da Ecologia do Vale do Paranapanema, entidade fundada a 17 de junho em Itapetininga, esperam que a CETESB não aprove o projeto da indústria poluidora e que o Secretário de Obras determine a paralisação dos serviços de terraplenagem, que estão sendo executados com vistas à instalação da fábrica de papel e celulose, sem o devido alvará de construção.

Estou nesta tribuna para hipotecar inteira solidariedade àquela região ameaçada.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Está esgotado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Nos termos do § 3º do artigo 47 da Constituição, foi encaminhada à Presidência a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 1977, que acrescenta parágrafo ao artigo 104 da Constituição.

Para a leitura da matéria e demais providências necessárias à tramitação da Proposta, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 61, de 1977-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 76, de 1977-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.555, de 27 de maio de 1977, que estabelece normas para a distribuição e aplicação dos recursos provenientes do adicional do Imposto Único sobre Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara e no Senado e dispensada a redação final, nos termos do Regimento Comum, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Nada mais havendo que tratar, encerro a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 10 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:		Via-Aérea:	
Semestre	Cr\$ 200,00	Semestre	Cr\$ 400,00
Ano	Cr\$ 400,00	Ano	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso	Cr\$ 1,00	Exemplar avulso	Cr\$ 2,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:		Via-Aérea:	
Semestre	Cr\$ 200,00	Semestre	Cr\$ 400,00
Ano	Cr\$ 400,00	Ano	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso	Cr\$ 1,00	Exemplar avulso	Cr\$ 2,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, Vale Postal, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil S.A. — Agência Parlamento, Conta-Corrente nº 498705/5, a favor do:

CENTRO GRAFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília - DF

SEGURANÇA NACIONAL

I — Legislação Constitucional

II — Quadro Comparativo: Decreto-Lei nº 898/69

Decreto-Lei nº 510/69

Decreto-Lei nº 314/67

Lei nº 1.802/53

III — Notas

IV — Jurisprudência

"Revista de Informação Legislativa" nº 39
421 páginas

PREÇO: Cr\$ 25,00

À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Emendas Constitucionais

- nº 1, de 1969,**
- nº 2, de 1972,**
- nº 3, de 1972,**
- nº 4, de 1975**
- nº 5, de 1975,**
- nº 6, de 1976,**
- nº 7, de 1977,**
- nº 8, de 1977 e**
- nº 9, de 1977.**

EDIÇÃO JUNHO DE 1977
(formato bolso)

194 páginas

Preço: Cr\$ 10,00

À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Texto atualizado da CLT, comparado ao texto original de 1943 e a todas as alterações, introduzidas durante mais de 30 anos de vigência.

Notas explicativas.

Legislação correlata.

616 páginas

Edição: agosto de 1974

PREÇO: Cr\$ 35,00

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF

acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,

ou pelo sistema de Reembolso Postal

TRÂNSITO

Legislação atualizada.

Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento — atualizados

Legislação especial e correlata.

Ilícitos penais do Trânsito.

Resoluções do CONTRAN.

Notas — Comparações — Remissões

Furto do uso.

"Revista de Informação Legislativa" nº 38

452 páginas

Preço: Cr\$ 25,00

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

(obra elaborada pela Subsecretaria de Edições Técnicas)

- Lei Orgânica dos Partidos Políticos (e suas alterações);
- Código Eleitoral (e suas alterações);
- Sublegendas;
- Inelegibilidades (Leis Complementares nºs 5/70 e 18/74);
- Colégio Eleitoral (Presidente da República e Governadores);
- Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral;
- Resolução do Tribunal de Contas da União
(prestação de contas dos Partidos Políticos);
- Lei do transporte gratuito em dias de eleição
(Lei nº 6.091, de 15-8-1974);
- As últimas instruções do TSE
(voto no Distrito Federal; justificação dos eleitores que não votarem).

Edição — Setembro de 1974

340 páginas

Preço: Cr\$ 20,00

SUPLEMENTO 1976

Preço: Cr\$ 20,00

A VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR.

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL.
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF.
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL.
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

REGISTROS PÚBLICOS

nova lei anotada

— Redação atualizada da Lei nº 6.015/73, com as alterações das Leis nºs 6.140/74 e 6.216/75, contendo notas explicativas e remissivas;

— Redação vigente do Decreto nº 4.857, de 9-11-1939, seguida de notas explicativas do seu texto, com apresentação das redações anteriores.

"Revista de Informação Legislativa" nº 46

328 páginas

PREÇO: Cr\$ 30,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR

CÓDIGO PENAL MILITAR

Quadro Comparativo

— Decreto-Lei nº 1.001/69

— Decreto-Lei nº 6.227/44

Contendo ainda textos do Anteprojeto (Ivo D'Aquino), Exposição de Motivos (Min. Gama e Silva), Código de Processo Penal Militar, Lei de Organização Judiciária Militar e ementário de legislação sobre Justiça Militar e Segurança Nacional.

"Revista de Informação Legislativa" nº 26 — 439 páginas

Preço: Cr\$ 20,00

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal

**Centro Gráfico do Senado Federal.
Caixa-Postal 1.203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00